

MISSÃO ABERTA, MISSÃO CALADA

Entre os Índios Munkü - a resistência de um povo, Pe. Thomaz de Aquino Lisboa, S.J. Edições Loyola, S.Paulo 1979, 83 pps., fotografias e mapas.

Eduardo B. Viveiros de Castro

A coleção "Missão Aberta" das Edições Loyola inaugurou-se com este <sup>livro</sup> ~~livrinho despretensioso~~ do Pe. Thomaz Lisboa, sobre o contato inicial com os Munkü. Pe. Thomaz é missionário de relativa notoriedade, por encarnar, de modo ~~carismático~~ carismático, a nova atitude da Igreja missionária frente aos índios. Ele foi vice-presidente do CIMI durante muito tempo, e a Missão Anchieta (Prelazia de Diamantino, MT), aonde ele atua, é talvez aquela mais identificada com as posições do CIMI. Na orelha do livro, aliás, vem transcrito o documento "Linhas de Ação" (CIMI 1975), que estabelece os princípios ideológicos desta "missão nova". Dele destacaríamos dois pontos básicos do novo missionarismo: (a) o respeito integral às formas culturais indígenas, a luta pela preservação e auto-determinação dos povos indígenas; (b) a "encarnação" do missionário na cultura indígena, isto é, a tentativa de assumir radicalmente os valores e formas de vida indígenas, de <sup>modo</sup> ~~forma~~ a ali encontrar (e não mais para ali levar) as sementes do Verbo.

Não cabe, aqui, fazer um exame crítico - tarefa importante e urgente - da teoria da encarnação missionária (que hoje alguns chamam de "enculturação", substituindo a metáfora cristológica por outra, antropológica), mesmo porque o livro do Pe. Lisboa não descreve, comenta ou permite que se entreveja este processo de encarnação. Apesar disto, talvez valha a pena indicar algumas implicações problemáticas que tal teoria vem gerando, na prática e no discurso missionários. Em primeiro lugar, a defesa intransigente da integridade cultural indígena, posição absolutamente correta, e muito saudável diante dos absurdos que se cometiam (e ainda se cometem) em nome da evangelização dos índios, muitas vezes tem-se traduzido em um culturalismo pouco flexível face aos processos concretos de resistência étnica dos índios, em <sup>um</sup> ~~certo~~ dogmatismo ortodoxista quanto à "autenticidade" ou "inautenticidade" de determinados aspectos das realidades indígenas. Ou seja, as culturas indígenas <sup>(em si)</sup> são vistas mais como

tradição que como criação. Em segundo lugar, a proposta da "encarnação" é de molde a gerar toda sorte de equívocos epistemológicos, pois pode dar a impressão que bastam ~~as~~ <sup>a</sup> fé <sup>e a convivência</sup> para que alguém transigre para outra cultura, despindo-se, como de um acessório, da cultura em que nasceu, cresceu, e a partir de cujas premissas formulou esta própria opção pelos índios. A encarnação, em suma, pressupõe um cancelamento virtual da diferença (pela fé, e talvez <sup>certos</sup> alguns rudimentos de antropologia), que termina por contradizer o princípio do respeito integral à cultura indígena - que significa, antes de mais nada, respeito à diferença. O postulado da "transculturalidade" ou trans-historicidade da fé é a pedra de toque deste problema.

Mas o livro do Pe. Lisboa não é sobre isso. Na verdade, sua importância e interesse residem mais no autor, no movimento em que se insere, na atitude que representa (mas que não aprofunda ou discute), que propriamente no conteúdo ~~informativo~~ informativo. Trata-se de um diário sobre a "atração" dos Münkü, grupo aparentado aos Irânxe (língua isolada), realizada em 1971 por uma equipe da Missão Anchieta; nele se descrevem as peripécias do contato, a luta pela demarcação do território Münkü, as doenças que se abatem sobre o grupo, a negligência da FUNAI e a voracidade dos fazendeiros. Desde então, Pe. Thomaz manteve contato prolongado com os Münkü, e lamentamos que tenha resolvido publicar apenas este diário anedótico, em vez de informações e impressões mais maduras, que nos permitissem enxergar os Münkü, e não apenas "índios". Ou então que partilhasse conosco suas reflexões e inquietações sobre o lugar e o papel do missionário junto a um povo recém-contatado. Os diários de campo, de modo geral, e sobretudo os diários de "atração" de grupos indígenas, produzem sempre certa insatisfação no leitor. A não ser que um talento literário excepcional intervenha (penso aqui no Tristes Tropiques), acabamos sempre nos de frontando com a opacidade do fenomenal, com as peripécias cansativas (de realizar e de ler) de um cotidiano estritamente individual (i.e. não universalizado pela reflexão), e com generalidades rasas a propósito de realidades complexas.

Pe. Thomaz Lisboa chamou o contato com os Münkü de "missão calada" - sem alarde, sem o sensacionalismo dos "heróicos sertanistas" (alguns o são, aliás) da FUNAI, sem as aventuras de folhetim das "frentes de atração" oficiais, financiadas pelas próprias empresas que querem limpar de índios as terras que cobiçam -; ao falar sobre a "missão calada" agora, entretanto, nos diz muito pouco. Ora, é inegável

que a Missão deve tráfegar em via de mão dupla: seria importante que pudéssemos ouvir o que os Mũnkũ têm a dizer sobre si mesmos, sobre o mundo e a vida. Isto não é simples curiosidade de antropólogo, mas, creio, parte essencial de um diálogo que venha a permitir uma sociedade aonde os índios sejam mais que vítimas mudas ou símbolos multivalentes. Respeitar a diferença é fazê-la surgir, dar-lhe espaço, instaurá-la: os Mũnkũ, como o autor do livro certamente concordaria, merecem mais que um diário sobre sua "atração".

Fica patente, no entanto, o respeito que os missionários demonstram pelos Mũnkũ, o cuidado com que foi feito o contato, e a luta de morada e irritante, contra a cobiça dos fazendeiros e a negligência do Estado, pela demarcação do território. Seria muito útil comparar este relato de "atração" com aquilo que a FUNAI faz em suas "pacificações", destinadas a tirar índios incômodos do caminho do Capital. Não obstante, um ponto ou outro do relato dá margem a questões: assim, por exemplo, indagamo-nos sobre o porquê da necessidade de trazer calções para os Mũnkũ; ou sobre a lógica que presidiu à escolha, pelos Mũnkũ, de um Irãxe da equipe de atração como chefe do grupo Mũnkũ, após o contato.

Talvez não se deva pedir a um livro aquilo que ele não se propôs realizar. Por que, então, fazer tantas críticas a um livro que se quer desprezioso? Em parte, para ~~que~~<sup>sugerir</sup> que a perspectiva missionária possui limitações específicas, e que a Antropologia ainda é necessária. Se a fé move montanhas, não basta para derrubar as inúmeras e sutis barreiras que separam nosso pensar do pensar indígena. A Antropologia tem algo a fazer, na luta pela auto-determinação dos povos indígenas, que a Missão, sozinha, não pode fazer. Infelizmente, sabemos que, se o CIMI e os antropólogos são aliados aqui na cidade, em pronunciamentos e atos públicos, lá no mato a coisa é diferente. Não é fácil, por exemplo, trabalhar como antropólogo não-ligado à Igreja na área da Missão Anchieta; parece haver uma tendência à monopolização do contato com as sociedades <sup>indígenas</sup> na área da Prelazia de Diamantino por parte da Igreja. Isto não é algo que seja admitido pelos missionários; mas é um fato. O livro do Pe. Thomaz Lisboa nos mostra - mesmo dentro dos limites que escolheu - que a presença de um antropólogo identificado com os objetivos da "nova missão" seria bastante útil a todos.

(p. Lisboa em)